



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Educação - FE

Maria da Gloria Rodrigues Cattebeke

EDUCAR PARA LIBERTAR: A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA A PARTIR DO OLHAR DA ESCOLA

Brasília/DF

2015

Maria da Gloria Rodrigues Cattebeke

**EDUCAR PARA LIBERTAR: A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA
A PARTIR DO OLHAR DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Otília Maria A. N. A. Dantas.

Brasília/DF
2015

Folha de Aprovação

Maria da Gloria Rodrigues Cattebeke

EDUCAR PARA LIBERTAR: A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Otília Maria A. N. A. Dantas (UnB/FE/MTC)
Orientadora

Profa. Dra. Maria Emília Gonzaga (UnB/FE/MTC)
Membro

Profa. Andréia Pereira de Araújo Martinez (UnB/FE/MTC)
Membro

Brasília/DF, 09 de julho de 2015

Minha sincera homenagem é para as três pessoas que sempre acreditaram na minha capacidade, que me incentivaram, ajudaram e continuam ajudando: minha cunhada Edna, meu irmão José Alberto e minha prima Blanca. Eles me apoiaram incondicionalmente em tudo que precisei, não só enquanto minha estadia na Universidade, mas muito antes disso. Culminar este curso é para mim uma maneira de demonstrar que a confiança que eles depositaram em mim valeu a pena, e que logo irá render seus frutos.

Primeiramente a Deus que me acompanha desde sempre e foi quem me guiou até aqui.

Agradeço a minha família pelo apoio e incentivo para a conclusão desta graduação.

Agradeço a todos os magníficos professores que tive em todos estes anos e que com seu exemplo me inspiram para minha futura prática docente.

Um agradecimento especial a minha orientadora, professora Otília Dantas, que com paciência, firmeza e confiança soube guiar meus passos para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Tema/Problema – a essência deste trabalho está na discussão da influência da família na aprendizagem escolar dos alunos, percebendo também a função social da escola em prol de uma educação que liberta, que emancipa. *Finalidade* – compreender o sentido de liberdade para a formação cultural do sujeito a partir do olhar da família e da escola. *Fundamentação teórica* – tomou-se como aporte teórico os pressupostos de Freire (1987;1996) Duarte (2013), Szymanski (2011), Paro (2012; 2010; 1991) dentre outros. *Metodologia* – A pesquisa qualitativa utilizou-se da observação participativa. Considerou-se a utilização desse tipo de pesquisa levando-se em consideração minha participação em uma EC do DF realizando várias pesquisas para disciplinas como Administração da Organizações Educativas, Processo de Alfabetização e o Projeto 4 fase um, Estágio Obrigatório. Além do diário de campo contou-se com recursos eletrônicos como gravações em áudio para captar impressões do ambiente estudado. *Resultados e conclusões* – A influência da família para a educação emancipadora no ambiente escolar não existe naquela escola. Há ausências profundas de sujeitos importantes para o cotidiano escolar, bem como para a consolidação de uma proposta de educação emancipadora. A influência da família, fator determinante para que ocorra a educação emancipadora, não existe. E as colaborações destes sujeitos são pontuais e personalizadas. Sobre as práticas pedagógicas emancipadoras presentes na escola, algumas parecem promissoras. Entretanto, falta a estas práticas um sentido pedagógico que possibilite ou conscientizem os sujeitos ali envolvidos. Mesmo os docentes envolvidos não têm clareza de seu papel social, limitando-se a reproduzir uma educação bancária voltada exclusivamente para metrificar as aprendizagens a serem exibidas como bom índice do Ideb. Mas, do que serve um índice que não condiz com a realidade da escola pública? Para que serve se não promove uma Educação que liberta, que emancipa?

Palavras – chave: Função social da escola. Família. Educação. Emancipação

ABSTRACT

Theme/Conflict – the essence of this monograph lies in the discussion of the family influence on school learning, as well as the perception of the social role of school for an emancipatory education, education that liberates. Purpose– Comprehending the meaning of freedom for the cultural development of the individual based on family and school's views. Theoretical Foundation– Found on the theoretical perspective of Freire (1987; 1996), Duarte (2013), Szymanski (2011), Paro (2012; 2010; 1991) among others. Methodology– Qualitative research through participant observation. This method was performed, taking into account my participation at the Classe 108 Sul School, researching in the fields of study: Administration of Educational Organizations, Literacy Process and Project 4 Stage One– Mandatory Internship. Besides entering the events in a field journal, it was used electronic resources such as sound recordings in order to capture the impression of the environment in study. Results and Conclusions– The influence of the family conducive to an emancipatory education in the school environment does not exist at that particular school. There is a significant absence of important figures in everyday life at school, as well as lack of emancipatory educational propositions. The influence of the family– determining factor in the accomplishment of the emancipatory education– is non-existent. The collaboration between the figures are “one-off” and individualized. About the emancipatory pedagogical practices operating, some of them seem promising. However, these practices lack of pedagogical sense that allows the conscientization of the individuals involved. Even the teachers involved overlook their social role by reproducing the banking education that focuses exclusively on the metrification of learning, in order to achieve the highest Ideb rates. Nevertheless, what is the purpose of an index that is not compatible with the reality of public schools? What is its purpose if it does not foster emancipatory education, education that liberates?

Keywords: Social role of school. Family. Education. Emancipation

SUMÁRIO

RESUMO

APRESENTAÇÃO	07
PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO.....	09
• O tronco do Ipê.....	10
Por que comecei com este relato.....	10
A chegada à UnB.....	15
PARTE II – MONOGRAFIA – A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO FORMAL EMANCIPADORA.....	18
• Introdução.....	19
• As categorias do Estudo	23
A Família.....	23
A escola.....	24
O Professor.....	25
A Educação.....	26
A Emancipação.....	28
• A Empiria.....	30
• CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
• REFERÊNCIAS.....	41

APRESENTAÇÃO

Este trabalho representa a etapa final de minha formação no curso de Pedagogia e um requisito necessário para obtenção do título de pedagoga. Neste sentido, a essência deste trabalho está na discussão da influência da família na aprendizagem escolar dos alunos, percebendo também a função social da escola em prol de uma educação que liberta, que emancipa.

Iniciamos este estudo desejando compreender os seguintes questionamentos: A influência da família é um fator importante para que na educação formal ocorra a educação emancipadora? Quais as contribuições da família e da escola na educação que emancipa? A família contribui para a educação emancipadora no ambiente escolar? Quais as práticas pedagógicas emancipadoras presentes na escola?

Diante desta problemática, este estudo teve como **objetivo geral** compreender o sentido de liberdade para a formação cultural do sujeito a partir do olhar da família e da escola.

A influência da família na escola sem dúvida é um tema emergente nos estudos do campo educacional e por isso tornou-se objeto desta monografia. Para tanto, foi utilizado diversos autores como embasamentos teóricos para tratar a respeito do tema.

O trabalho está organizado em duas partes. A primeira parte, o memorial o qual o denominei “O tronco do Ipê”, parafraseando a obra de José de Alencar. Não para me aproximar do autor (impossível), mas por me sentir representada naquela história. Como meu objeto de estudo é o envolvimento da família na educação que liberta, tomei minha própria história de vida como marco inicial para refletir o dito objeto de estudo.

Na segunda parte, a Monografia constituída em três capítulos, tratamos do tema/problema e a metodologia de pesquisa de um modo mais científico apresentando no capítulo dois a introdução. O capítulo três nos detivemos nas categorias de estudo da pesquisa visando delimitar nossas escolhas teóricas. No capítulo quatro nos propomos a responder aos objetivos da pesquisa, principalmente no que se refere a empiria: configurando o contexto e os

sujeitos da pesquisa, bem como apresentando as análises que realizamos em alguns documentos oficiais da escola, das entrevistas com pais e professores e das observações que realizamos.

No final, as considerações finais, no qual se responderá ao objetivo geral da pesquisa apresentaremos nossas impressões sobre a investigação, o que nos fez aprender como futuros professores pedagogos e o que pensar sobre o futuro da profissão. Espero, enfim, continuar investigando esta temática, continuando minha formação.

PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO



1. O tronco do Ipê

*“A alma de D. Alina se expandira vendo o primeiro fermento da cólera da baronesa.
Há naturezas assim, que se deleitam com a destruição;
espécie de abutres morais, vivendo da dissolução da família e da sociedade.
Aquele caráter pertencia a esta classe;
tinha o instinto da intriga;
regozijava-se com as recriminações e dissidências.”*

José de Alencar, 2013, p. 56

Tendo que escrever o memorial de minha monografia passei um bom tempo pensando em que momento de minha vida começou este processo que me traria aqui para a Universidade de Brasília, mais exatamente para o curso de Pedagogia. Esquadrinhando no passado me veio logo à memória o título de um livro, O tronco do Ipê, de José de Alencar. O que não recordo bem é se foi na quinta ou sexta série que ele me foi apresentado. A professora de Português nos pediu para ler esse livro pois trabalharíamos com ele entre outras coisas, interpretação de texto durante o mês. Assim uma vez na semana era feita uma avaliação de certa quantidade de páginas. Quem não gostava muito de ler seguia ao “pé da letra” o que a professora pedia, ou seja, lia somente os capítulos necessários.

Comecei a ler o livro e fiquei tão curiosa que não pude parar até chegar ao final da história. O romance cheio de mistério, intrigas e inocência me atraiu desde o início, eu queria saber o que um tronco de Ipê tinha a ver nessa história toda. Mário e Alice ficariam juntos?

Depois desse livro vieram outros: “O Escaravelho do Diabo” (Lucia Machado de Almeida) que inclusive já foi adaptado para o cinema, “Senhora” (José de Alencar) e tantos outros. Virei assídua da leitura e até fiz minha carteirinha da biblioteca.

Por que comecei com este relato

Nasci no Acre, morei 3 ou 4 anos em Assunção no Paraguai, mudei-me para Curitiba aonde fiquei morando com duas tias e dois primos durante 10 anos. Já em Curitiba frequentávamos uma escola pública localizada perto de nossa casa. Agora na faculdade descobri e aprendi que éramos privilegiados

por poder aceder ao estudo no período dos anos 70. Como crianças que éramos não percebíamos se havia dificuldades ou necessidades na casa, só vivíamos estudando e brincando. Na medida em que o tempo passava as dificuldades na escola aumentavam e as exigências das professoras também. Em casa não tínhamos nenhum controle, mas, pairava sobre nossas cabeças uma e somente uma ameaça, se tirássemos notas baixas levaríamos a surra de nossas vidas. Acredito que essa “motivação” era suficiente para me manter nos eixos. Certa vez tiramos, minha prima e eu, uma nota baixa e tivemos que mentir dizendo que o boletim só seria entregue no final do ano. Para que desse tempo de aumentarmos as nossas notas ofuscando a outra nota baixa. Uma saída inteligente e auspiciosa.

O hábito da leitura não era cultivado em casa e tampouco havia dinheiro para comprar livros. Só assistia televisão e lia os livros didáticos da escola. Ao chegar em casa com os livros que recebíamos gratuitamente da escola já começava a ler o seu conteúdo. Contos do Saci Pererê, Iara, Mãe D'Água, O negrinho do Pastoreio e tantos outros que eu ficava lendo e relendo, não porque a professora iria tomar a leitura, mas porque gostava mesmo das historinhas. Outra lembrança que também tenho dessa época são os "gibis" da Turma da Mônica, Horácio, Chico Bento, que alguns colegas que tinham melhores condições aquisitivas levavam para ler na escola. Com minha prima tivemos a ideia de conseguir que em casa nos comprassem pelo menos um. Com este em mãos já podíamos realizar trocas, prática comum entre as crianças para poder ler várias revistinhas sem precisar comprar. Atualmente me parece louvável a iniciativa do governo de implementar nas escolas, nem todas possuem, uma biblioteca com alguém que atenda as crianças nesse espaço, inclusive com regulamentos. As escolas com poucos recursos ou espaço físico se esforçam para assegurar esse direito aos estudantes, que irá ajudá-los no desenvolvimento da leitura, da escrita e da sensibilidade estética, mas, principalmente na aprendizagem.

Quando iniciei a segunda fase do Ensino Fundamental, uma professora nos pediu para ler “O tronco do Ipê” (ALENCAR, 2013) e é por esse motivo que comecei o Memorial com esse título, pois acredito ser o ponto de partida para a possibilidade que me fez cursar Pedagogia. O tronco do Ipê despertou em mim o gosto pela leitura.

Mais adiante, na adolescência, nos mudamos com minha prima para um dos melhores colégios particulares de Curitiba a fim de concluir o ensino médio. Lá existia somente o Colégio Estadual do Paraná. Entretanto, precisávamos nos candidatar a vaga participando de uma seleção entre tantos outros jovens interessados. Diante de “tamanha” dificuldade minha família preferiu nos matricular numa escola particular. Esta escola não se exigia uniformes nem livros, pois se utilizava de apostilas. Este colégio praticava uma metodologia muito próxima da tecnicista.

De acordo com Libâneo (1990, p. 31) a pedagogia tecnicista tinha “o objetivo de adequar o sistema educacional à orientação político-econômica do regime militar: inserir a escola nos modelos de racionalização do sistema de produção capitalista”. O Brasil precisava formar mão de obra a baixo custo no menor tempo possível e o Ensino Técnico garantiria esse objetivo. Desse modo, o Ensino Superior tornou-se privilégio da elite entendendo-se que a formação técnica em nível médio era suficiente para o mercado de trabalho. Nesta época supervalorizou-se o sistema S (SESC, SENAI, SENAC) apoiado pelo empresariado nacional, e surgiram inúmeras Escolas Técnicas Federais. Paradoxalmente foi na escola Particular aonde fui encontrar os elementos que mais se encaixavam na metodologia tecnicista. Nesse colégio, toda manhã participávamos das aulas regulares e duas vezes na semana assistíamos ao curso técnico pela tarde. Técnico em Arquitetura. Estávamos muito felizes, pois ao terminar o terceiro ano já podíamos trabalhar como auxiliar de arquiteto.

Diferentemente, a escola pública reagiu a este movimento negando, mesmo inconscientemente, o ideário tecnicista, pois, de acordo com Libâneo (1990, p. 31) os indícios indicavam que:

Os professores da escola pública não tinham assimilado a pedagogia tecnicista, pelo menos, em termos de ideário. A aplicação da metodologia tecnicista (planejamento, livros didáticos programados, procedimentos de avaliação etc) não configura uma postura tecnicista do professor; antes, o exercício profissional continua mais para uma postura eclética em torno de princípios pedagógicos assentados nas pedagogias tradicional e renovada.

Entendo hoje que aquela escola particular adotava completamente o ideário tecnicista citado por Saviani (1991, p. 24). Segundo o autor, buscou-se

com este ideário dar atributos à educação no intuito de:

[..] dotá-la de uma organização racional, capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí a proliferação de propostas pedagógicas tais como, enfoque sistêmico, o microensino, o tele-ensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar.

Nesse contraponto, justifica-se a postura da escola particular, a qual me referi anteriormente.

Pensado bem, inserida naquela escola e pertencendo a camada **popular**, não tinha consciência de minha diferença social. A escola era o único local em que podíamos aprender e fazer alguma amizade que também era dificultada por essa circunstância. De certo modo, estar naquela escola me fazia acreditar que estaria inserida naquela camada social e, que, portanto, tinha a sorte de contar com uma pensão que me dava a oportunidade de estudar, e nada mais. Mas, como me tornar elite se não tinha as condições econômicas e culturais? Por que não insistir na escola pública? Hoje, depois de tantos estudos, suspeito que essa decisão foi tomada por pura alienação...

Dois sentimentos podem ter nos impulsionado até onde chegamos, o orgulho ou o medo. Orgulho para não demonstrar inferioridade diante dos outros e medo de ser descoberto que éramos pobres. Por isso ficamos “felizes” por estudar naquele Colégio particular, **símbolo** de status. Íamos muito bem até que meus/nossos sonhos foram frustrados ao mudar de escola.

No ano seguinte. Era um colégio de freiras católicas localizado a uma quadra de minha casa. Esse deve ter sido o pior colégio no qual pude ter estudado. Era tão ruim que da nossa turma do segundo ano somente um aluno foi aprovado em matemática (era o xodó da professora), os demais ficaram em recuperação ou reprovaram.

Nesse colégio o uso do uniforme diário era obrigatório assim como o de gala para dias comemorativos e o de educação física. Também tínhamos o denominado curso técnico e eu escolhi o de auxiliar de professor. Bom, fomos empurrados sem nenhum conhecimento para a sala com os professores e fiquei tremendamente angustiada por não saber como ajudar os alunos que tinham muita dificuldade. Estávamos em um laboratório e as crianças seriam as

cobaias.

Meus primos e eu morávamos praticamente sozinhos. Não havia ninguém para nos ouvir ou aconselhar. O colégio era desmotivador. Na metade do ano abandonei o Colégio, fui morar no Paraguai, casei e logo tive minha filha Ana Carolina. Dois anos depois nasceu meu filho Luís. Converti-me em dona de casa e mãe. Fiz um curso de cabeleireira e com isso ajudava a sustentar a família. Anos depois nasceu Laura.

Talvez pensando na minha infância e adolescência decidi acompanhar de perto o processo educacional de meus filhos. Quando eu desconhecia algum conteúdo que percebia que eles tinham dificuldade eu fazia um sacrifício e contratava alguém para ensinar. Como sempre fui adepta a leitura também os incentivava a ler. Fazia comentário sobre um livro que achava bom, indicava outro. Assim eles também foram aprendendo a gostar de ler.

Retornando ao “Tronco do Ipê” (ALENCAR, 2013), considero um marco de onde começo minha vida acadêmica, pois graças ao gosto pela leitura sempre procurei me manter atualizada não só com os livros, mas também o que se passava no noticiário da televisão, nas revistas e jornais e assim poder ajudar meus filhos na escola.

Meu casamento de mais de 20 anos acabou. Meus dois filhos já estavam maiores e com seus respectivos filhos, só me restava Laura para cuidar. Certo dia meu irmão e minha cunhada me perguntaram se eu não queria voltar a estudar que eles me ajudariam. Com o meu consentimento eles me matricularam numa escola de Educação de Jovens e Adultos em Foz do Iguaçu, Brasil. Compraram todo o material e pagavam minha passagem cada vez que eu tinha que retornar a Foz para fazer as provas. Em dois anos terminei o Ensino Médio. Minha cunhada me disse então: “Agora você tem que fazer graduação, vamos fazer a inscrição para o Enem com certeza você vai passar, você é muito inteligente”. Pensei comigo, se você diz! Eu na verdade não fazia nem ideia do que era o Enem ou qualquer outro processo seletivo. Ela fez a matrícula e logo me sugeriu 10 a 12 livros para eu ler para a prova. Isso não foi nenhum sacrifício pois organizei meu tempo entre os estudos e o trabalho.

Como o destino tinha me reservado outros planos, certo dia ao fazer uma visita a minha prima (aquela da infância) em Brasília me estimulou a prestar

vestibular como forma de conhecer e me preparar para o Enem. Tudo, claro, custeado pela família. O certo é que fiz a prova para o curso de Pedagogia com o qual me identificava e passei! Ficamos surpresas, minha cunhada ficou mais feliz que eu. Todos me disseram que eu não podia perder essa oportunidade, que a UnB é um sonho de consumo, uma das melhores universidades do Brasil e que eu tinha conseguido. Eles me ajudariam em tudo. Tive que tomar a decisão e me mudar para Brasília. Até hoje, moro com minha prima Blanca que me ajuda em tudo inclusive com minha filha Laura de quem é madrinha e tenho o apoio de minha cunhada Edna e meu irmão José Alberto, presentes em minha vida.

A chegada à UnB

As coisas não foram fáceis e não continuam a ser, mas me consolava saber que não o era para ninguém. Mesmo estando sempre atualizada, por muito tempo deixei de ter contato com a realidade brasileira e não conhecia praticamente nada do Distrito Federal antes de voltar do Paraguai, como já citara anteriormente.

Fazia faculdade, trabalhava e cheguei a fazer um cursinho para concurso e outro de informática. Foi uma mistura tão grande que comecei a não dar conta de nada e não conseguia manter o foco no curso de Pedagogia e fiquei sem entender muita coisa. Assim sendo fui atrasando enquanto meus colegas seguiam adiante.

Senti então a falta de ter cursado a Educação Básica de modo mais efetivo, poder trocar ideias, conhecimentos e opiniões com colegas. Não sabia como elaborar textos acadêmicos, resenhas, artigos e até hoje me custa muito. Esta monografia é uma prova de fogo. Todavia, percebi que muitos dos meus colegas de graduação sofriam das mesmas angustias.

Na faculdade fui aprendendo a lidar com esta nova realidade. Aos poucos, outro mundo foi se revelando perante meus olhos. Tive excelentes professores nos primeiros semestres que me apresentaram a autores que eu nem imaginava existirem e claro, um deles foi Paulo Freire. Até hoje tenho presente em minha mente um trecho do seu livro “Pedagogia do Oprimido” que me impactou. São as palavras de uma mulher que participava do círculo de cultura, “Gosto de discutir sobre isto porque vivo assim. Enquanto vivo, porém

não vejo. Agora sim, observo como vivo” (FREIRE, 1987). Pensei comigo, enquanto só vivia não via como estava vivendo! E comecei a pensar como estava vivendo e porque estava vivendo assim.

Um pequeno parêntese para contar uma experiência que me foi muito agradável. Quando cheguei aqui em Brasília notei que em certa época a cidade algumas árvores se enchiam com flores de um amarelo lindo! Eu queria saber o nome dessa árvore. No Paraguai, como o clima é muito quente, há uma árvore muito semelhante a esta, comumente chamada de Lapacho, e em Guarani, Tayi. Fiz de conta que esqueci o nome da dita árvore e perguntei à minha colega e ela me disse que era o Ipê Amarelo. Nesse instante veio-me a lembrança o título do livro: O Tronco do Ipê. Então esse era o Ipê!

Tive e ainda tenho uma grande amiga, Marize. Creio que nos entendemos por que já éramos “maiores” em uma turma que tinha entre 16 e 22 anos. Apesar disso, ela estava melhor que eu pois morava no DF há vários anos e me ajudava em muitas coisas que eu não sabia.

Andando pela UnB, nos pontos de ônibus via a frase “quem conhece Darcy” e pensava, quem será essa senhora? Aprendi que não era ela, senão ele, o idealizador, junto com Anísio Teixeira —outro grande mestre— da Universidade de Brasília (Prêmio Grandes Educadores, 1984). Li e reli o livro incontáveis vezes. “O povo brasileiro”, livro de sua autoria (RIBEIRO, 1992), me fez questionar como aprendera a história da descoberta do Brasil em minha época. Constatei também que o meu conhecimento de História não estava de todo perdido, somente obedecia aos critérios dos historiadores Positivistas que tiveram grande influência no Brasil. É importante conhecer quem descobriu o Brasil, mas também quem eram essas pessoas embarcadas nesse navio assim como a vida dos habitantes que se encontravam neste continente.

Conheci Marx (2008), aceito por uns e questionado por outros professores. O certo é que eu o aceitei e comecei a perceber como ocorrem as relações no sistema capitalista, que faz com que tudo pareça normal e que as mudanças acontecem para beneficiar uma “minoridade” privilegiada. Autores como Newton Duarte (1999) e Vitor Paro (1991), cujas palestras tive o prazer de assistir na Faculdade de Educação, também me ajudaram a compreender as relações capitalistas e como elas afetam o cotidiano social e escolar em todos os âmbitos, especialmente as crianças oriundas com menos condições

financeiras. Felizmente, o que vivi aqui ajudou a inserir-me profundamente nesta Faculdade. O que aprendi ajudou-me a constituir minha identidade de pedagoga docente.

Minha filha Laura continua a ser minha maior prioridade, hoje encontra-se com 17 anos e muito entusiasmada para entrar na Universidade. Creio que, diferente de mim, ela poderá aproveitar muito mais o conhecimento difundido no Ensino Superior pois sempre me acompanha nas reflexões que faço com ela sobre os diversos estudos que realizamos, eu na academia e ela no Ensino Médio. Percebemos que há muito em comum com o que estudamos. Os professores ficam admirados de como ela conhece Marx, Nietzsche... Ela também gosta de ler José de Machado de Assis, Fernando Pessoa, Carlos Drummond...

Confesso que fiquei triste ao estudar Vygotsky (2001) pois estava muito envolvida com as ideias de Piaget (2001) de cuja teoria era admiradora desde muito antes de ingressar na Universidade. Pensei, no entanto, que se tivesse conhecido Vygotsky (2001) antes teria feito muito mais por meus filhos, visto que ele defende que "a aprendizagem antecede o desenvolvimento". Contudo acredito ter feito o melhor que pude por eles. Hoje em dia, Laura é uma excelente aluna que tem suas próprias convicções, não sei se vai mudar. Pensa em cursar Arquitetura para minha agradável surpresa. Disse-me que foi ouvindo a frase de um famoso arquiteto, "o verdadeiro Arquiteto é aquele que pensa no bem-estar das pessoas", que teve certeza do que pretende cursar.

Espero que com este memorial tenha esclarecido o tema/objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso. A família pode tanto incentivar a crescer como também ignorar e fazer com que seus sonhos se percam, deixando talvez que um grande profissional ou um artista não se desenvolva. Prefiro acreditar que é possível, como em "O tronco do Ipê" D. Francisca demonstra o cuidado com o seu filho, a desdenhar da capacidade e da liberdade humana como conforme escarnia a baronesa.

Sendo assim, abordarei sobre a educação no sentido amplo e a influência da família na educação formal para uma educação que liberta.

PARTE II – A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA
EDUCAÇÃO FORMAL EMANCIPADORA



2. Introdução

A influência da família é um fator determinante para que na educação formal ocorra a educação emancipadora? Quais as contribuições da família e da escola na educação que emancipa? A família contribui para a educação emancipadora no ambiente escolar? Quais as práticas pedagógicas emancipadoras presentes na escola? Estes questionamentos nos motivaram a investigar esta temática ora concretizada em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A educação é um tema de grande relevância e acontece de diferentes maneiras podendo ser classificada em: educação formal, não formal e informal. Apesar de encontrar-se na categoria informal, a educação familiar em sua prática está repleta de sentidos e intencionalidades (BRANDÃO, 2007, p 24) o que reforça a ideia de que cabe a esta uma parcela da educação.

A sociedade, de modo geral, sofreu ao longo do tempo inúmeras transformações. Essas mudanças atingiram o contexto familiar e sua forma de interagir na sociedade. Aos pais, ou quem lhes faça às vezes, cabe prover aos filhos de cuidados principalmente referentes à alimentação e educação. Entretanto, os pais muitas vezes delegam quase a responsabilidade de educar para a escola justificando esta atitude à falta de tempo. Os resultados desta postura estão refletidos nas notas, no comportamento dos alunos e no cotidiano da escola.

Nestas circunstâncias, a escola passou a ser a instituição encarregada de transmitir, além dos conhecimentos historicamente adquiridos, valores, princípios e a cultura. Desse modo deve modificar-se para fazer frente à realidade, compreendo seu novo papel na sociedade, os problemas

enfrentados pelas famílias e o esforço que estas fazem para propiciar aos filhos oportunidades que eles mesmos não tiveram. No entanto, a preocupação dos pais em proporcionar aos filhos uma educação capaz de transformá-los em cidadãos conscientes, responsáveis e sobretudo livres, continua.

Apesar de se pensar na família como *lócus* do desenvolvimento da criança, o certo é que outras instâncias da sociedade contribuem para que isto aconteça através de diversos tipos de relações envolvendo diferentes níveis de influência na criança. Nestes termos, na contemporaneidade não se pode pensar a educação em sentido unidirecional. É fundamental que professores e familiares promovam o desenvolvimento cognitivo, social e moral do aprendiz. Assim sendo, Szimanski (2011, p. 23) reconhece a importância de “[...] aprofundar o conhecimento do ambiente de desenvolvimento que as famílias oferecem e buscar a compreensão dos fatores constitutivos do processo educativo que tem lugar na família”. Nesse processo a família e a escola devem buscar alternativas que possibilitem o acompanhamento das crianças.

Diante desta problemática, este estudo teve como **objetivo geral** compreender o sentido de liberdade para a formação cultural do sujeito a partir do olhar da família e da escola.

Para tanto, investigamos uma Escola Classe do DF. Para os pais esta escola é referência em educação de qualidade. Nas palavras de Szimanski (2011, p. 25) “[...] os pais criam uma condição de desenvolvimento tanto no ambiente físico como no tipo de ações que desenvolvem e nas oportunidades que oferecem aos filhos”.

Tomamos alguns conceitos como família, escola, professor, educação e autonomia para abordá-los à luz de autores como Paulo Freire (1997), Carlos Rodrigues Brandão (2007), Heloisa Szymanski (2011), Newton Duarte (1999), Vitor Henrique Paro (2012), Saviani (2009) entre outros, para entender como estes conceitos se relacionam e promovem na criança uma educação emancipadora. Enfatizamos a família, por ser ela a promotora das primeiras experiências educacionais e a impulsionadora para a educação formal.

No intuito de responder ao objetivo acima proposto organizamos esta pesquisa a partir dos seguintes objetivos específicos: i. Analisar o papel da família a partir do olhar da escola para a educação que emancipa/liberta; ii. Destacar as práticas pedagógicas mobilizadoras de emancipação presentes na

escola; iii. Mapear a influência da família para a educação emancipadora no ambiente escolar.

A pesquisa qualitativa utilizou-se da observação participativa. Considerou-se a utilização desse tipo de pesquisa levando-se em consideração minha participação numa Escola Classe, realizando várias pesquisas para disciplinas como Administração da Organizações Educativas, Processo de Alfabetização e o Projeto 4 fase um, Estágio Obrigatório. Desse modo, a utilização da Observação Participante se justifica tendo vista que de acordo com Fernandes (2011, p. 264):

Trata-se de uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, compartilhamento de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com o(s) outro(s) primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar... entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem e que é por todos construído e reconstruído a cada momento.

Nessa técnica de coleta de informações, o pesquisador convive, compartilha e realiza o intercâmbio de experiências com os sujeitos no contexto dinâmico de suas relações.

Fernandes (2011, p.165), todavia, nos adverte para o perigo que existe da utilização de alguns pré-conceitos arraigados no cotidiano que podem influenciar na observação, e para que isso não aconteça recomenda: "[...]quatro elementos relacionados à capacidade de raciocínio constituem recursos dos quais o pesquisador não pode abrir mão, em qualquer pesquisa, com ou sem o emprego da técnica de Observação Participante", quais são: a curiosidade, a criatividade, o rigor teórico-metodológico e a observância da ética.

Na pesquisa, além do diário de campo contou-se com recursos eletrônicos como gravações em áudio para captar impressões do ambiente estudado.

Esta escola, situada em Brasília, é uma das primeiras implantadas no mesmo ano da inauguração da cidade, nela são recebidos alunos (66%) das mais variadas Regiões Administrativas do DF tais como Paranoá, Taguatinga,

Águas Claras, Itapoã, Santa Maria entre outras.

A pesquisa focalizou uma escola, considerada uma das melhores do DF por seu alto rendimento no IDEB. Para tanto, mantive diálogo com as professoras do vespertino para conhecer como e quando se dá a participação da família de seus alunos no ambiente escolar.

Diante da dificuldade de entrevistar todos os pais (a maioria reside distante da escola), foi decidido realizar a pesquisa entrevistando a diretora da escola assim como professoras, para saber os mecanismos utilizadas na comunicação entre os pais e a escola e sondar como acontece a participação destes no contexto escolar.

Desta forma, neste capítulo nos propomos responder aos objetivos específicos a partir da investigação realizada numa escola pública do DF apontando a metodologia empregada, os sujeitos e os documentos investigados. No segundo capítulo desta parte, abordaremos sobre as categorias do nosso estudo delimitando o seu estado da arte. No terceiro capítulo mapeamos a influência da família para a educação emancipadora, a partir do olhar da escola, um estudo realizado por ocasião do Estágio Supervisionado – Projeto 4 – ofertado pelo Curso de Pedagogia desta Faculdade. Encerramos este Trabalho de Conclusão de Curso acreditando ter respondido ao objetivo geral. Trata-se, portanto, de um estudo relevante dada a importância que possui para nós — educadores e familiares.

2. As Categorias do Estudo

Neste capítulo, das categorias do estudo, pretendemos delimitar o papel da família e da escola para a educação que liberta delimitando os fundamentos teóricos que sustentam o referido estudo. Abordar sobre a influência da família e da escola na educação formal para libertação demanda conceituar: o sentido da família, da escola, do professor, da educação e de liberdade.

A família

O conceito de família como a conhecemos tradicionalmente (pai, mãe e filhos) provem do Direito Romano. Esta não é igual em todas as culturas, além disso esse conceito muda de acordo com o tempo. Esse tipo de família matrimonializada foi adotado no Brasil no começo do século passado e foi tutelada pelo código civil de 1916 cujas discriminações eram inúmeras em função do contexto social no qual o código foi constituído (MARIANO, 2012). Este código tinha uma visão extremamente discriminatória com relação à família, filhos extramatrimoniais, e em especial com a mulher, subjugada e obrigada a acatar todas as decisões do marido, pois a indissolubilidade do casamento era regra.

A Constituição evoluiu alcançando a sociedade e dentro desta à família. Segundo esta nova realidade social o sistema jurídico alcançou diretamente o núcleo familiar regulamentando a possibilidade de novas concepções de família, instaurando a igualdade entre homem e mulher e ampliando o conceito de família protegendo todos os seus integrantes. Grandes conquistas nas

alterações Legislativas como o Estatuto da Mulher Casada (lei 4.121/1962) que devolveu a plena capacidade a mulher, garantindo-lhe a propriedade dos bens adquiridos com seu trabalho e a Lei do Divórcio (EC 9/1977 e lei 6.515/1977) foram adquiridas. Dias (2005) alude que essas leis “acabaram com a indissolubilidade do casamento e eliminaram a ideia de família como instituição sacralizada que primava até então”. A mulher não se viu mais obrigada a permanecer em uma relação não desejada.

Tais transformações sociais e culturais, que atingiram diretamente o núcleo familiar originaram novas concepções diferentes da tradicional família patriarcal. Denominações como Família monoparental (composta por apenas um dos progenitores: pai ou mãe), Família comunitária (onde todos os membros adultos que constituem o agregado familiar são responsáveis pela educação da criança), Família arco-íris (constituída por um casal homossexual ou pessoa sozinha homossexual), Família contemporânea (caracterizada pela inversão dos papéis do homem e da mulher na estrutura familiar passando a ser a mulher a chefe de família abrangendo também a mãe solteira ou divorciada), Famílias alongadas e recompostas são atualmente temos utilizados para caracterizar a nova concepção que se tem de família. Nas palavras de Matos (2000, p. 4-5):

[...] do ponto de vista legislativo, o advento da Constituição de 1988 inaugurou uma diferenciada análise jurídica das famílias brasileiras. Uma outra concepção de família tomou corpo no ordenamento. O casamento não é mais a base única desta entidade, questionando-se a ideia da família restritamente matrimonial. Isto se constata por não mais dever a formalidade ser o foco predominante, mas sim o afeto recíproco entre os membros que a compõem redimensionando-se a valorização jurídica das famílias extramatrimoniais.

Com o reconhecimento das uniões homoafetivas como uniões estáveis e reconhecendo-as como entidade familiar constituídas entre pessoas do mesmo sexo a carta magna também propiciou um marco na evolução do conceito de família que possibilitou a redução de discriminação e injustiças, sobretudo, àqueles que viviam em união consensual, mas com seus direitos cerceados, impedidos do livre exercício de sua cidadania. Tais mudanças trouxeram um

conceito novo de família denominado *eudemonista* no qual o afeto predomina entre seus integrantes. Neste sentido Lôbo (p.11) elucida que: “A restauração da primazia da pessoa, nas relações de família, na garantia da realização da afetividade, é a condição primeira de adequação do direito à realidade. Esta mudança de rumos é inevitável”. A mulher adquiriu uma nova condição, de dona de casa, passou a trabalhar fora para ajudar no sustento da casa, sendo em muitos casos a única provedora do lar. E é nesse novo contexto que a criança irá se desenvolver e constituir-se como sujeito.

A escola

A escola não é o lugar organizado exclusivamente para o ensino e a aprendizagem. Sua função maior é a de planejar, organizar, liderar e discutir as ações para os inúmeros problemas existentes no processo educacional. Entretanto, esse ambiente tornou-se complexo assumindo, atualmente, um papel muito além do que a transmissão de conhecimentos. Cabe a escola propiciar recursos psicológicos para a evolução intelectual e social do homem, desenvolver por meio de atividades sistemáticas a articulação dos conhecimentos culturalmente organizados, possibilitar a apropriação das experiências acumuladas e as formas de pensar, agir e interagir no mundo oriundas dessas experiências.

Saviani (1987) vai além ao afirmar que:

[...]a escola deve estar a serviço da comunidade em que se encontra inserida, garantindo-lhes o bom ensino e o preparo dos estudantes para a vida adulta. Entretanto, a escola limita-se a quantificar o tempo em que as crianças e jovens devem passar em seu interior. Ou seja, a escola se desqualificou e desqualificou seus coparticipes.

O professor

Ser professor significa, antes de tudo, ser um sujeito capaz de utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para desenvolvê-la em contextos pedagógicos práticos. Atualmente não é suficiente ao professor ser repassador de informações. Isso os alunos já fazem fora da escola, seja ente os amigos, acessando a internet, etc. É preciso que o professor se conscientize da

importância e do sentido pedagógico de seu trabalho docente selecionando e transformando, didaticamente, o conhecimento para serem apropriados cientificamente pelos estudantes. Paulo Freire (1996) ressalta a importância do papel do educador e que este acredite que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a “pensar certo” como bem destaca Paulo Freire (FREIRE, 1996, p.13) na sua prática docente, o professor deve:

[...]reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se aproximar dos objetos cognoscíveis

Reside nessas palavras a importância de o professor refletir cada vez mais sobre o seu fazer, para não continuar reproduzindo práticas que excluem a participação dos estudantes da escola. Saviani é categórico ao afirmar que:

O papel do professor é garantir que o conhecimento seja adquirido, às vezes mesmo contra a vontade da criança, que espontaneamente não tem condições de enveredar para a realização dos esforços necessários à aquisição dos conteúdos mais ricos e sem os quais ela não terá vez, não terá chance de participar da sociedade. Adquirir conhecimentos mesmo contra sua vontade, significa dizer que o professor utilize o seu poder-fazer para conseguir que o aluno queira aprender. Nas palavras de Paro (2010, p. 56):

[...]O professor só exerce de fato o seu poder, só se faz efetivamente competente em sua profissão, isto é, só cumpre sua função social de construir personalidades humano-históricas, quando por uma relação de risco, isto é, pela persuasão logra construir em seu aluno um valor que permeia todo seu aprendizado: o desejo de aprender. Ao fazer isso, ele potencializa o aluno, incrementa seu poder-fazer. Daí para frente é o aluno autor de sua educação.

A educação

Desde o momento do nascimento, o bebê encontra-se inserido no

processo de educação. Não aquela do senso comum, com alunos indo para a escola, com professores, salas etc. Isso porque a educação tem um sentido mais amplo, geral. A família educa, assim como a sociedade e a igreja. Esse tipo de educação é aquela que cria e recria para tornar comum os costumes, modos de ser, pensar e agir da comunidade. Nas palavras de Brandão (2007, p.10), a educação “[...] é como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Essas trocas de saberes se dão sem que sejam percebidas na sociedade, pois acontecem naturalmente no cotidiano.

Quando a mãe, pai ou parentes ensinam a respeitar os mais velhos, assim como outros comportamentos, estão educando a criança para que ela possa conviver em sociedade. Portanto, pode-se perceber que não existe um único modelo de educação, pois depende do lugar e da posição ocupada na sociedade. Essas trocas segundo Brandão (2007, p.11) “[...] existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes ocultar, às vezes a inculcar – de geração em geração, a necessidade de existência de sua ordem”. Ainda segundo o autor:

[...] a educação participa no processo da produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força.

Após esse período de aprendizagem com a família e a comunidade que o rodeia de modo mais geral, a criança é inserida no contexto da educação formal que segundo Brandão (2007, p. 26):

[...] é o momento em que a educação se sujeita à Pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor.

Para Saviani (1995,p.217) o trabalho educativo deve passar a possuir, “um significado muito mais profundo tocando na essência do ser humano, não sendo mero instrumento de adaptação, mas condição imprescindível para a

mudança. A educação precisa superar uma concepção tradicional que permeia o senso comum aonde o “[...] professor é um explicador de conteúdos” como destaca Paro (2010, p.22) e adotar outra, mais científica e rigorosa de acordo com a sua especificidade.

Paro (2010, p.22) entende que em seu sentido mais amplo, a educação consiste na apropriação da cultura, ou seja, "envolve conhecimento, informações, valores, crenças, ciência, arte, tecnologia, filosofia, direito, costumes, tudo em fim que o homem produz em sua transcendência da natureza".

Entendendo-se nessa perspectiva, que o processo educativo não precisa servir unicamente para aferir os conhecimentos através de provas ou testes padronizados, ou mesmo conseguir um "bom" emprego. Não exclusivamente para esse fim.

A emancipação

A emancipação é a formação para a Autonomia, mas ela só pode ser bem sucedida se for um processo coletivo, pois na nossa sociedade a mudança individual não provoca, necessariamente, a mudança social, mas esta é pré-condição daquela.

De acordo com Zatti citado por Lalande (1999, p.115), em seu Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, Autonomia significa “[...] a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete”. No entanto, a autonomia dá-se tanto no nível da consciência como no mundo real. Elucidando melhor Zatti (2007, p. 12) afirma que a autonomia se configura em dois aspectos:

O primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer. Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo.

O fazer autônomo, no entanto submete-se aos condicionantes sociais, que muitas vezes "limitam ou anulam as condições de autonomia" (Zatti 2007, p.12) tais como "ignorância, escassez de recursos materiais, má índole moral,

etc.", elementos que condicionam os seres a heteronomia. O que cabe a educação, no entanto, para o processo de formação e emancipação, é criar as condições em que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia. Paulo Freire (1996, p.41) sustenta que:

A autonomia enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É nesse sentido que uma pedagogia da autonomia tem que estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, nas experiências respeitadas da liberdade

Nesse sentido, a escola é um excelente veículo de emancipação e libertação. Sendo assim, a educação cumpre o seu papel emancipador, quando atua conforme o seu papel primário, ou seja, ensinar. A emancipação na perspectiva de Adorno (1995) não se refere apenas ao indivíduo como entidade isolada, mas, fundamentalmente como ser social. Ela é o processo da democracia e se funda na formação da vontade particular de cada um, tal como ocorre nas instituições representativas. É preciso supor, para evitar um resultado, que cada um possa se servir de seu próprio entendimento.

Encerramos este capítulo, das categorias do estudo, tendo delimitado o papel da família e da escola para a educação que liberta além dos fundamentos teóricos que sustentam o referido estudo. Abordamos sobre a influência da família e da escola na educação formal para libertação pela via da conceituação das principais categorias desta pesquisa: o sentido da família, da escola, do professor, da educação e da emancipação/autonomia. O capítulo seguinte, será abordado do ponto de vista empírico as bases teóricas do referido estudo.

3. A Empiria

Neste capítulo mapeamos a influência da família para a educação emancipadora no ambiente escolar a partir da empiria, um estudo realizado por ocasião do Estágio Supervisionado. Como a observação não se restringiu a uma sala específica, mas bem circular por todas as salas e na escola de modo geral, foi possível perceber como se dão as relações dentro da mesma. Para tanto será apresentado o contexto da escola: configuração física, problemas e relações institucionais.

A escola Classe estudada é uma das melhores escolas de Ensino Fundamental do DF —bairro de classe média— em Brasília. No entanto, somente 33% de seus alunos residem nas imediações da escola e os outros 66% são provenientes de outras regiões administrativas do DF. Inaugurada em 1960, mesmo ano da inauguração da cidade de Brasília, a referida Escola Classe compõe a superquadra modelo projetada por Lúcio Costa e Oscar Niemayer e o plano de educação de Anísio Teixeira de Integração Jardim de Infância/Escola classe e Escola Parque. Este complexo encontra-se atualmente tombado, motivo pelo qual não são feitas mudanças em sua estrutura, mas somente novos reparos e adaptações para crianças com deficiência.

A Escola Classe possui 08 (oito) salas de aula, com capacidade para aproximadamente 30 alunos cada. Atualmente uma das salas é utilizada para a biblioteca, inaugurada no dia 25 de Setembro. No bloco administrativo, funciona a Direção, a Secretaria, a Sala de professores, a Sala de recursos, Sala da Supervisão Pedagógica e Administrativa e um banheiro que atende os professores e demais servidores da Escola. No bloco das salas há dois banheiros, a cantina e o depósito.

A implementação da biblioteca foi feita para dar cumprimento a Lei 12.244/2010 que obriga todas as instituições, tanto públicas quanto privadas a terem uma biblioteca. A Escola foi contemplada com equipamentos (computadores) do Proinfo, contudo, esses equipamentos não são utilizados atualmente por falta de um professor para essa área. Há pouco espaço para brincadeiras dos alunos, uma vez que no projeto original não havia previsão para quadras de esporte, auditório, salas ambientes, etc. No plano original Anísio Teixeira pensou em um sistema composto por "escolas-classe" e "escolas-parque": quatro escolas-classe, para mil alunos cada, construídas no entorno de uma escola-parque, para quatro mil alunos, e os estudantes frequentariam ambas num sistema alternado de turnos, por esse motivo a escola não conta com área para a prática de atividades físicas.

A escola tem atualmente 310 alunos, sendo 140 do turno matutino e 170 do vespertino. No turno matutino comparecem à escola 5 alunos PNE (três com TGD e 2 com Síndrome de Down). A escola conta em seu quadro com 15 regentes, 5 delas com contrato temporário, 2 no matutino e 3 no vespertino. Conta ainda com 3 professoras que foram readaptadas por problemas de saúde. Da totalidade dos alunos, 66% são moradores das RA do DF (Paranoá, Itapuã, Santa Maria, Recanto das Emas entre outros), os 34% restantes são de Brasília. A maioria dos alunos chega à escola trazidos pelo transporte escolar público. Outros são trazidos pelos pais que logo se dirigem a seus trabalhos. Esta Escola Classe é uma referência para os pais por ela apresentar um alto índice no Ideb do Distrito Federal.

O Projeto Político Pedagógico desta escola estava em construção durante esta pesquisa. Os pais dos alunos sempre são convocados (como se fosse um castigo) a uma reunião para ouvirem os resultados do desempenho de seus filhos, assim como a revisão do PPP entregue à SEDF. Sabe-se que

um dos objetivos propostos no PPP é elevar a nota da escola no Ideb, o que realmente consegue. Gasparim (2013), no entanto nos lembra que a aprendizagem dos conteúdos, por muito tempo permaneceu como um requisito para obter uma boa nota numa prova ou num exame, mas na atualidade o aluno deve também saber como utilizar esses conhecimentos em função das necessidades sociais a que deve responder. Ou seja, entender para que servem esses conhecimentos científicos na prática.

Apesar de ser referência, a escola apresenta diversas dificuldades que puderam ser observadas, como: a impossibilidade de fazer reformas mais radicais em sua estrutura que brindaria maior conforto e espaços diferenciados, inclusive para as crianças brincarem; a falta de auxiliares (supervisor, coordenador); a baixa participação dos pais nas atividades dos filhos tanto dentro como fora da escola, problemas com o quadro docente, quais sejam, a rotatividade dos professores que são substituídos por professores temporários, outros que são readaptados, há os que estão de licença médica. Essas situações dificultam sobremaneira a atuação dos gestores. Paro (2012, p.22) reconhece nesse contexto:

[...] a dificuldade em promover relações humanas mais cooperativas e solidárias no interior da escola, vividas por um diretor com problemas de segurança, falta de professores, insuficiência de funcionários, deterioração do prédio e equipamento, falta de recursos financeiros para dar conta das inúmeras carências da escola.

A escola compreende seu novo papel, os problemas enfrentados pelas famílias e o esforço que estas fazem para propiciar aos filhos as oportunidades que eles não tiveram. Com os meios limitados que possui, no entanto, é complicado cumprir todos as exigências que a sociedade demanda. Á vista disso, é imprescindível a parceria entre pais e escola, mobilizando ações no intuito de fazer com que aos alunos se apropriem dos conhecimentos científicos historicamente adquiridos, assim como fazer esses pais mais partícipes no processo educativo de seus filhos. Surgem, não obstante, algumas contradições, tanto no meio escolar como no familiar. Na hora de definir como se espera que a família se envolva mais no cotidiano escolar, a participação se restringe a alguns âmbitos, como auxiliar na tarefa do filho,

reuniões quando o pai é chamado para conversar sobre comportamento, rendimento e atividades extracurriculares ou quando instados a colaborar ajudando na escola e nada que tenha a ver com o pedagógico ou ainda com a gestão. Essas contradições devem ser esclarecidas pois:

[...] trata-se de se ter bastante claro qual objetivo se tem em mente: se se pretende restringir a participação da comunidade à execução – que, em sentido mais amplo, pode incluir desde a participação direta por meio de ajuda nas atividades da escola, até a contribuição em dinheiro ou doações em espécie – ou se o que se deseja é a efetiva partilha do poder na escola, o que envolve a participação na tomada de decisões. Paro (2012, p. 50).

Durante a fase de observação constatamos vários fatores apontados como causas da pouca participação dos pais, entre eles: a distância entre escola e a casa dos alunos; a falta de tempo, de interesse, a pouca escolaridade dos pais ou que estes não têm conhecimento do fazer pedagógico.

Se bem é certo que existe uma baixa escolaridade dos pais das classes trabalhadoras e a falta de conhecimento sobre o funcionamento formal da unidade escolar, no entanto "[...] isto não deveria servir de argumento para se afastar da escola a comunidade, com a alegação de que ela não tem condições técnicas de participar de sua gestão", afirma Paro (2012, p.52), mas ao contrário, fazer com que as famílias se apropriem desses conhecimentos. Outra crença errônea atribuída ao desinteresse dos pais pelo rendimento do filho na escola é o fato dela ser pública:

[...] diferentemente da escola particular na qual os pais estão mais presentes para “cobrar resultados” visto estarem pagando [...]. Parece muito temerária esta afirmação quando se sabe do pouco estímulo que a escola oferece à participação e do escasso conhecimento que os integrantes da escola possuem sobre os reais interesses e aspirações da comunidade. Pesquisas que tem procurado, nos últimos anos, estudar mais detidamente o assunto tendem a desmentir que a comunidade não quer participar [...] indica que à par de fatores estruturais ligados às próprias condições de trabalho e da vida da população encontra-se também a

resistência escolar à essa participação. (PARO, 2012, p.27)

O certo é que os pais se interessam, do seu ponto de vista, pelas questões que dizem respeito ao filho e procurar uma boa escola aonde matriculá-lo demonstra essa preocupação. Como foi dito anteriormente, Szimanski (2011, p. 25) acredita que “[...] os pais criam uma condição de desenvolvimento tanto no ambiente físico como no tipo de ações que desenvolvem e nas oportunidades que oferecem aos filhos”. A escolha por esta, que é uma das melhores escolas do DF, no entendimento dos pais, irá ajudar seu filho a [...] “ser alguém na vida” (PARO, 2007, p. 51) “[...] e que os filhos alcancem, aquilo que os pais, por falta de escola, não conseguiram”.

No entanto o que acontece é que os pais, empenhados que estão em propiciar aos filhos mais qualidade de vida, delegam para escola sua parte de responsabilidade na educação, comprometendo tanto a educação formal como a informal. Na família, a criança deve encontrar afetividade. É na família que a criança vai aprender valores, a ter responsabilidades, conhecer limites e saber lidar com frustrações, atitudes que serão postas em prática na escola.

Diante de nossa vivência na escola, constatamos há pais tentando compensar sua falta não impondo limites, o que dificulta o trabalho da escola. Há então a culpabilização mútua entre escola e família. Como procurar culpados se tanto a escola como a família são interdependentes?

Constatando as mudanças que ocorrem na sociedade e com as famílias, a escola não pode alhear-se como instituição educadora, mas bem deve fazer parceria com as famílias auxiliando e apoiando no processo educativo dos estudantes. Sobre isto, Paulo Freire (1996, p. 26) ressalta que “não é possível à escola, se, na verdade engajada na formação de educandos/educadores, alhear-se das condições sociais, culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos”. Levando em consideração a realidade desse aluno Freire (1996, p.26) salienta que o professor deve:

respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo e pensar também em como ter uma prática educativa em que se dê aquele respeito, que se deve ter com o educando, se realize em vez de ser negado. Isso exige de mim uma reflexão crítica

permanente sobre minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos.

Na sala de aula os alunos têm a oportunidade de estudar temas que fazem parte do contexto social mais amplo como economia, cultura e direitos humanos, ainda que de forma básica; debatem sobre a atuação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o trabalho infantil, o trabalho escravo, drogas, aborto e delinquência. Outra atividade realizada com os alunos é a análise de programas do governo como o Bolsa Família e os benefícios que traz às pessoas de baixa renda. As crianças demonstraram conhecimento e interesse nesses assuntos além de contarem alguns casos que conhecem e, a partir daí, fazem debates e reflexões mediados pela professora. Ao final das discussões os alunos são desafiados a produzir ilustrações sobre o aprendido, e as crianças entendem muito rápido os temas que fazem parte do seu cotidiano.

Apesar da tentativa da escola como um todo em fazer com que os alunos desenvolvam conhecimentos e criticidade através da leitura, da arte, inclusive da política e direitos humanos, por outro lado, atitudes compatíveis com a escola tradicional são utilizadas pelos professores. Um fator que contribui para isso é que [...] existe uma espécie de estrada de mão única que vai do professor, que ensina, para o aluno, que aprende passivamente o que lhe é ensinado” (PARO, 2010, p.47). É o chamado bancarismo por Paulo Freire, em que o aluno é constantemente convidado, quando não obrigado, a ficar calado e quieto sob pena de ser castigado, fazendo uso da palavra somente quando o professor achar oportuno. Paulo Freire (1996, p. 13) ressalta, porém, que apesar do ensino bancário:

O educando a ele submetido não está fadado a fenecer; em que pese o ensino bancário, que deforma a necessária criatividade do educando e do educador, o educando a ele sujeito pode, não por causa do conteúdo cujo conhecimento lhe foi transferido, mas por causa do processo mesmo de aprender, dar como se diz na linguagem popular a volta por cima e superar o autoritarismo e o erro epistemológico do bancarismo.

Constatei que em quase todas as salas observadas as professoras atraem a atenção dos alunos através de gritos e ameaçando contar aos pais sobre o mau comportamento. Conforme Paro (2012, p. 26), a autoridade não deveria ser imposta através da coação:

Nesse caso, parece que a cultura autoritária da escola, alia-se à cultura autoritária presente na comunidade, e mais especificamente, na família para punir precisamente aquele cuja condição de sujeito autônomo deveria ser construída com a colaboração dos educadores.

Algumas crianças permanecem caladas, no entanto, outras demonstram sua desconformidade impondo resistência a esse sistema autoritário. Isso porque, na idade em que se encontram o que elas mais gostam de fazer é brincar e relacionar-se espontaneamente com seus colegas. Para a escola o ensino não é brincadeira. E não é mesmo, porém, é difícil acreditar que se pretenda formar indivíduos autônomos através da prática autoritária.

A partir do 4º ano, os alunos têm uma certa "liberdade", tanto de ir ao banheiro (continuam pedindo licença, às vezes negada) como de fazer perguntas, questionar e dialogar com a professora. Constatamos que as professoras observadas utilizavam plano de aula, algumas disseram que nem sempre conseguem desenvolver todo o plano. Inclusive que trabalham somente dois conteúdos no dia. Em muitos casos a culpa recai sobre os alunos por sua indisciplina, que é atribuída ao fato de pertencerem a Regiões Administrativas consideradas “pobres e perigosas” – como afirmam as professoras.

Do Plano escolar, aos depoimentos de professores, direção e demais funcionários, com raras exceções, o que se observa é a opinião generalizada de que os pais ou responsáveis pelos alunos são pessoas padecendo das mais diversas carências (econômica, cultural, afetiva) com baixa escolaridade, sem interesse pelo desempenho dos filhos na escola (tem na escola um lugar aonde deixar o filho enquanto trabalha) e em boa parte agressivos com o pessoal escolar. De forma semelhante, os alunos, além de carentes nos vários aspectos (alimentar, afetivo e cultural) são vistos em sua maioria como

agressivos, desinteressados pelo ensino e “bagunceiros”, como destaca Paro (2012, p. 48).

Como destacamos anteriormente a culpa pela não aprendizagem recai sobre os pais, a criança e sua condição social. O pai sabe desse conceito que os professores fazem deles, pois sempre que convocados na escola, é para receber conselhos ou ser chamados a atenção de forma desagradável. Nenhum pai vai se sentir à vontade em frequentar um lugar no qual nem o filho, nem ele são tratados com afetuosidade devido a sua condição. Pode-se entender então porque à medida que as crianças avançam do 1º para os anos seguintes essa participação vai se reduzindo, devido ao aumento das dificuldades. No turno vespertino a diretora informou que a participação dos pais é baixíssima.

A equipe gestora completa um ano no mandato e continua implementando projetos tentando aproximar as famílias do contexto escolar. Um exemplo disso é a realização de uma Gincana na qual alunos e familiares competem. A Gincana Solidária tinha como objetivo engajar pais, alunos e toda a administração da escola além de contribuir com várias entidades sociais, chamar a atenção e debater com os alunos sobre a realidade dessas pessoas que são abandonadas nesses locais. Desafortunadamente, há crianças que também se encontram em situação de abandono e necessidade, o que as faz se sentir constrangidas ao não poder colaborar.

E assim, apesar dos esforços insistentes da escola pela participação dos pais no processo educacional de seus filhos, observou-se que esta, ainda é escassa. Os procedimentos adotados parecem não gerar os estímulos necessários. Entretanto, me causa uma certa indignação a falta de compromisso não só dos familiares, mas também dos educadores para com a função social da escola. Os professores parecem desanimados e pouco criativos para atrair a atenção da família para a escola.

Questionados sobre como veem a importância da cooperação familiar na escola, todas as professoras afirmaram que é primordial e um incentivo para os filhos que se sentem mais confiantes o que reflete também no comportamento. Contudo, e aqueles alunos afastados e pouco produtivos? A Escola desiste deles? Por que seus familiares não são tocados pelos programas da escola? De quem será a maior responsabilidade disso? Vale destacar que no final de

novembro de 2014 os pais foram convocados para serem notificados que a escola está com uma proposta de aderir também a forma de ciclos para a segunda etapa do EF. Até quando eu fiquei por lá, eles ainda não haviam se manifestado.

Nas observações realizadas *in lócu*, constatou-se que às crianças das séries iniciais é aplicado o teste da psicogênese no início do ano letivo e no final de cada bimestre para verificar seus avanços e assim utilizar os resultados para comparações futuras. Infelizmente o que pode ser observado é que este teste é aplicado às pressas em horário normal de aula, no qual todos os alunos estão fazendo atividades e inclusive muito alvoroço na sala, comprometendo a concentração do aluno, conseqüentemente, prejudicando-o nos resultados.

A professora de uma das séries observadas, que também foi aluna do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, apontou que “caiu naquela escola de paraquedas” para atuar no quarto ano. Seu maior problema foi lidar com a turma e suas diferenças, mas que com o tempo ela foi conhecendo cada aluno e aprendendo a lidar com eles.

A experiência na sala desta professora que também estudou na UnB, foi muito gratificante e me fez pensar em como nos enganamos quando pensamos que só por ter um diploma já é possível ensinar. As crianças estão chegando na escola com muitas informações fragmentadas, pensando que sabem tudo. É complicado para o professor despreparado realizar sua tarefa.

Encerrado o capítulo, o que conseguimos desenhar a partir do investigado nos faz concluir que a influência da família para a educação emancipadora naquele ambiente escolar é complicado. Há ausências profundas de sujeitos importantes para o cotidiano escolar, bem como para a consolidação de uma proposta de educação emancipadora. A influência da família, fator determinante para que ocorra a educação emancipadora, passa por dificuldades. A colaboração dos pais é pontual (quando solicitada) e personalizadas. Sobre as práticas pedagógicas emancipadoras presentes na escola, algumas parecem promissoras. Entretanto, falta a estas práticas um sentido pedagógico que possibilite ou conscientize os sujeitos ali envolvidos. Mesmo os docentes envolvidos não têm clareza de seu papel social, limitando-se a reproduzir uma educação bancária voltada exclusivamente para metrificar as aprendizagens a serem exibidas como bom índice do Ideb. Mas, do que

serve um índice que não condiz com a realidade da escola pública? Para que serve se não promove uma Educação que liberta, que emancipa?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrado o estudo digno-me a responder aquelas questões iniciais, quais sejam: A influência da família é um fator determinante para que na educação formal ocorra a educação emancipadora? Quais as contribuições da família e da escola na educação que emancipa? A família contribui para a educação emancipadora no ambiente escolar? Quais as práticas pedagógicas emancipadoras presentes na escola?

Por tudo que estudamos e vivemos durante esta pesquisa acreditamos que a educação formal somente será emancipadora, ou pelo menos próxima disto, se a família se constituir co-partícipe deste trabalho. De nada adianta se os professores desenvolverem práticas promotoras de emancipação sem a participação das famílias. E esta pesquisa me foi de muita importância, por

poder vivenciar os conflitos que acontecem dentro da escola e oportunizar-me a reflexão, auxiliada pela teoria, durante esse período. Também considero este trabalho importante por oferecer contribuições, não só aos professores, mas também às famílias, para que possam repensar seu papel, que é de tamanha relevância para a formação emancipadora da criança.

No decorrer da pesquisa e através dos diálogos e observações, fomos percebendo algumas contradições entre a fala e as ações empregadas pela comunidade educativa em relação a participação dos pais no contexto escolar. No entanto, acredito que tanto os pais como a escola devem assumir suas responsabilidades. Os pais como primeiros educadores tem que propiciar a criança além do sustento, um ambiente onde primem valores, afeto, o respeito, a responsabilidade, compreensão e diálogo, independente da estrutura familiar. Esses requisitos servirão de base no momento da escolarização assim como no processo de formação da autonomia. Ao ingressar seus filhos na educação formal os pais devem fornecer suporte aos professores, realizando o acompanhamento e internalizando-se de como acontece o processo educativo de seu filho e participando ativamente da escola.

No entanto, os pais se encontram desorientados. No afã de conseguir propiciar bens materiais para proporcionar o conforto e a educação que eles não tiveram, incumbem à escola também essa responsabilidade. No momento que surgem os problemas, ao invés de encontrar várias desculpas justificando as causas do mau rendimento do aluno, cabe à escola, como detentora do conhecimento, fazer parceria com a família na tentativa de rever este quadro. A parceria escola/família deve se dar desde o ingresso da criança na escola.

Apesar das várias práticas emancipadoras realizadas na escola, estas de nada servem se existirem contradições entre o que se prega e o que realmente se pratica. A autoridade praticada com autoritarismo não contribui para o processo de autonomia. Essa regra serve tanto para a família quanto para a escola.

Engajar os pais no processo educativo exige que a escola desconstrua (pré)conceitos que se colocam como obstáculo dessa participação. Quando convidado a comparecer na escola, a família tem que ser tratada com respeito e afeto para tê-la como parceira, visto que ninguém quer fazer-se presente em um lugar aonde é tratado com hostilidade, como se fosse o culpado de todos

os problemas. A escola deve orientar, não ameaçar, impor ou condicionar a família. Ela tem que estar a par dos problemas que a escola enfrenta os quais repercutem na educação dos filhos. Os professores, os gestores de modo geral devem também orientar a família quanto ao processo educativo esclarecendo as dúvidas que a família tiver. Desse modo, juntos terão mais força para exigir melhores condições para que a escola cumpra sua finalidade que é ensinar.

Portanto, satisfeitas com o resultado do trabalho consideramos ter respondido o objetivo geral da pesquisa: compreender o sentido de liberdade para a formação cultural do sujeito a partir do olhar da família e da escola.

Da minha parte, satisfeita de ter conseguido refletir sobre uma temática tão cara principalmente pela minha história de vida, pretendo abraçar esta experiência e que ela me sirva de exemplo no momento em que for para a sala de aula. Que meu dever de ensinar auxilie na formação de seres emancipados.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **O tronco do Ipê**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007, Coleção primeiros Passos.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: A contribuição a uma teoria Histórico-social da formação do indivíduo. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.
- FERNANDES, F. M. B. Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante . In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p. 262-274. Disponível em: www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo, Paz e Terra 1996
- MARX, K. **O Capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- PARO, Vitor H. **Administração escolar**: introdução crítica. 5 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- _____. **Educação como exercício de poder**: crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **Gestão democrática da escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.
- _____. **Por dentro da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000
- PRÊMIO GRANDES EDUCADORES BRASILEIROS. **Monografias Premiadas**. Brasília: Inep, 1984.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 23. ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 2009.
- SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola desafios e perspectivas**. Brasília: Liber Livros, 2011.